

# Convênios : Tópicos Relevantes e a Nova Sistemática

Palestra para os novos gestores municipais do Tocantins

Palestrantes:

Jocelino Mendes da Silva Júnior  
Analista de Controle Externo

Renilson Barboza dos Santos  
Analista de Controle Externo

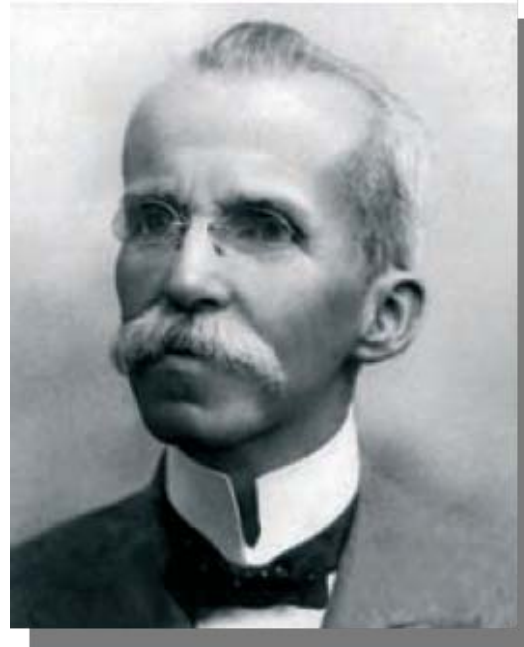
# O Tribunal de Contas da União



- O TCU é um órgão colegiado composto de **nove** ministros com jurisdição própria e privativa, em todo o território nacional, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência.
- O TCU Julga as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais e as contas de qualquer pessoa, física ou jurídica, que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

# Funções do TCU

- Fiscalização
- Opinitiva
- Julgamento
- Sancionadora
- Corretiva
- Consultiva
- Informação
- Ouvidor
- Normativa
- Pedagógica



*“Corpo de magistratura intermediária à administração e à Legislatura, que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional.”*

# Jurisdição

- Nos termos da Constituição Federal, encontra-se sob a jurisdição do Tribunal qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie, aplique ou administre dinheiros, bens e valores públicos federais ou pelos quais a União responda.
- Compreende também os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a Estado da Federação, ao Distrito Federal ou a Município, **mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos semelhantes.**



# Decreto nº 6.170/07

- Contexto, Origem e finalidade
- Maior transparência e controle
- Regulamentação Portarias Interministeriais nº 127 e 342/08

# IN STN 01/97 X DECRETO 6.170/07

**ATENÇÃO!**

## **Acórdão TCU 1937/2008 – Plenário, de 10/09/2008**

“9.2.1 O Decreto nº 6.170, de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127 de 2008, não revogou a Instrução Normativa STN nº 1, de 1997.”

## **Portaria Interministerial nº 127/08, de 29/05/08**

Art. 74-B. A Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, não se aplica aos convênios e contratos de repasse celebrados sob a vigência desta Portaria.” (introduzido pela PI 342/08)

## **Portaria Interministerial nº 342/08, de 05/11/08**

Art. 3º Os convênios e contratos de repasse celebrados entre 29 de maio de 2008 e a data de publicação desta Portaria não são alcançados pelas alterações introduzidas por este ato.

# SICONV

## Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

É o sistema informatizado do Governo Federal no qual serão registrados **todos** os atos relativos ao processo de operacionalização das transferências de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação.

- Proposição e Análise
- Celebração
- Liberação de Recursos
- Acompanhamento da Execução
- Licitações
- Prestação de Contas
- Registro de Inadimplência

Portal de Convênios - Windows Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

https://www.convenios.gov.br/portal/

Portal de Convênios

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Destaque do Governo

**Portal dos Convênios**  
O Portal dos Convênios do Governo Federal

Início Acesso Livre Publicações Legislação Capacitação Ajuda

**SICONV**  
Acesse Aqui

**Capacitação Treinamento**

**Atenção:**  
Proponente,  
Concedente e  
Unidade  
Cadastradora.

Veja as novidades  
que preparamos  
para você.

Clique aqui

**Acionamento**  
**CSS**  
Central de Serviços Sopro  
0800-9782340

**MUNICÍPIOS**  
Orientação sobre convênios  
**0800 282 9948**  
IBAM - Instituto Brasileiro de  
Administração Municipal

**CURSO DE MULTIPLICADORES  
PARA OS GOVERNOS MUNICIPAIS**  
Acesse o endereço:  
<http://www2.ibam.org.br/convenios/multiplicadores>

**Informações Urgentes**

**Recursos de Auto-Atendimento para Usuários do Portal de Convênios - Simuladores Interativos e Manuais**

**Orientação Sobre Senha de Acesso para Credenciados**

**Orientações para Utilização do SICONV - Sistema de Gestão de Convênios:**

Concedente  
Proponente/Conveniente  
Unidade Cadastradora

**Notícias**

25/9/2008  
Planejamento desenvolve programa de capacitação para usuários do Portal de Convênios  
Cerca de dois mil servidores federais já foram capacitados desde abril deste ano pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento na utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv)... [\[leia mais\]](#)

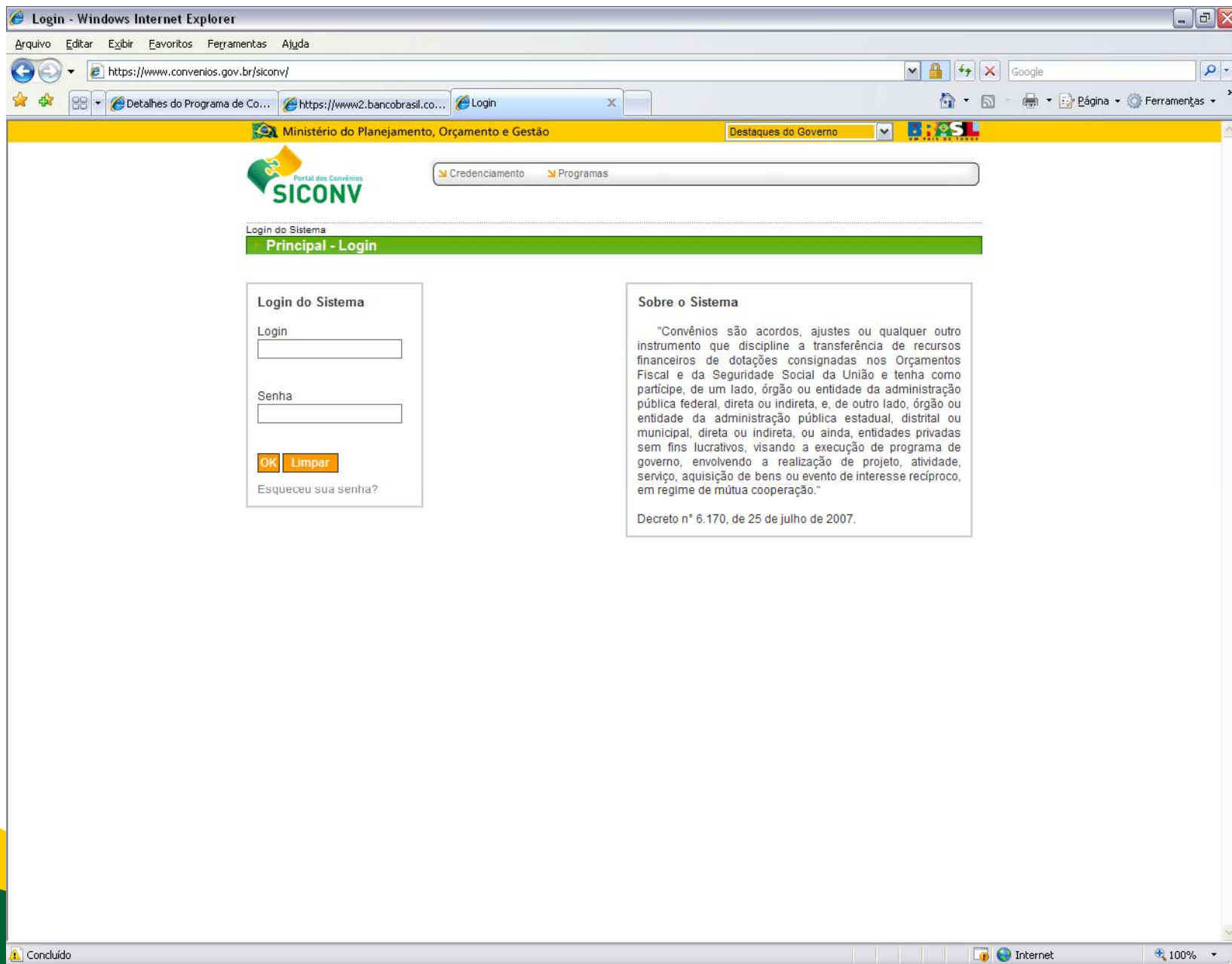
24/6/2008  
Portaria Torna Obrigatória Contratação de Convênios Pelo Portal a Partir de Setembro.  
A partir de 1º de setembro, o Portal de Convênios do Governo Federal deverá ser utilizado para todos os atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse firmados com recursos voluntários da União... [\[leia mais\]](#)

24/6/2008  
Portal de Convênios Disponibiliza Educação a Distância Para Usuários do Sistema.  
A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento disponibilizou os primeiros módulos de Educação a Distância (tutorial interativo e manuais), para a operacionalização do Portal de Convênios do Governo Federal... [\[leia mais\]](#)

29/05/2008  
Planejamento Capacita Usuários do Portal de Convênios.  
Cento e noventa pessoas já foram treinadas desde o início de abril, em Brasília, e

Internet 100%





# Proposição do Convênio

Conhecer os programas de governo prioritários faz toda Diferença

Consultar Órgão - Windows Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

https://www.convencios.gov.br/siconv/programa/ListarProgramas/ListarProgramas.do

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Destaque do Governo

20/11/2008 19:38 - v. 4.7.5

SICONV Portal dos Convênios

Credenciamento Programas

Portal Principal Listar Programas Entrar no sistema com senha

### Listagem de Programas Disponíveis

Escolha do Órgão - Passo 1 de 2

Selecione o ÓRGÃO de seu interesse para obter o detalhamento dos programas  
[First] [Prev] 1,2,3 [Next]

Código do Órgão	Órgão
14000	JUSTICA ELEITORAL
20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
20116	SECRET. DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E AVALIA
20124	SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA
20126	SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
20203	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA
20303	INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A
20403	FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA
20404	FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL
20408	FUNDACAO CULTURAL PALMARES
20411	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL
20412	FUNDACAO NACIONAL DE ARTES
20501	CONSELHO NACIONAL DE DES. CIENT. E TECNOLÓGICO
20602	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DA AMAZONIA
20603	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
20604	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
22000	MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO
22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

Export options: CSV Excel XML PDF

Concluído

Internet 100%

# Proposição do Convênio

Conhecer os programas de governo prioritários faz toda Diferença

Detalhes do Programa de Convênio - Windows Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

https://www.convencios.gov.br/siconv/programa/ListarProgramas/ResultadoDaConsultaDeProgramasDeConvênioDetalhar.do?id=2143

Google

Detalhes do Programa de Convênio

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Destaque do Governo

21/11/2008 09:38 - v.4.7.5

Portal dos Convênios SICONV

Credenciamento Programas

Portal Principal Entrar no sistema com senha

### Dados do Programa

Dados Objetos Regras de Contrapartida Anexos

Código do Programa	2060420080003
Órgão	54000 - MINISTERIO DO TURISMO
Órgão Vinculado	20604 - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
Órgão Executor	20604 - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
Tipo de Instrumento	Convênio
Programa Atende a	Entidade Privada sem fins lucrativos, Administração Pública Municipal, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal
Nome do Programa	Brasil: Destino Turístico Internacional (Convênio)

Descrição

Programa para promoção e divulgação do Brasil no exterior, orientado pelo Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil (Mercado Norte Americano; Mercado Europeu; Mercado Latino Americano e Outros Mercados) com o objetivo de aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, o gasto médio e o tempo médio de permanência no país.

Data Início Recebimento de Propostas 01/09/2008

Data Fim Recebimento de Propostas 19/12/2008

Observação

O Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil é o instrumento técnico adequado para alcançar o objetivo de impulsionar o turismo. Em sua formulação foi considerado um trabalho técnico de implantação a ser realizado para que este crescimento turístico seja sólido e sustentável, a partir de um processo de planejamento que vai diferenciar o Planejamento para o Desenvolvimento Turístico de Planejamento para o Marketing Turístico, a fim de que se tenha claro qual é o âmbito dentro do qual o trabalho foi elaborado. Para dar forma ao Plano Aquarela foi utilizado um esquema metodológico pensado para conjugar a liderança institucional do Ministério do Turismo, através da EMBRATUR, com a pericia técnica, o que permitiu um trabalho rigoroso, ordenado, participativo e de busca de consenso e compromisso por parte dos agentes públicos e privados do setor. O Plano Aquarela tem três fases distintos: 1) Diagnóstico; 2) Formulação da Estratégia de Marketing; e 3) O Plano Operacional. O ponto de partida deste processo metodológico foi o Diagnóstico. Este não constitui um fim em si mesmo.

Critérios de Seleção

Concluído

Internet 100%

# Celebração do Convênio

Atendimento da LRF, LDO e Legislação Federal aplicável

- Contas do exercício
- Relatório da execução orçamentária
- Relatório de gestão fiscal
- Regularidade junto ao INSS e ao FGTS
- Plano de Trabalho
- Cadastramento no Siconv

**Possibilidade de contrapartida em bens e serviços  
desde que economicamente mensurável.**

Art. 20, parágrafo 2º, PI 127/08

# Celebração do Convênio

Formação de Consórcio Público para alcance do valor mínimo.

- É proibido celebrar convênios e contratos de repasse de valor inferior a **R\$100.000,00 (cem mil reais)**. **No entanto**, para fins de alcance desse limite, os Estados, Distrito Federal e municípios podem formar **consórcio público**, seja sob a forma de associação pública, seja como pessoa jurídica de direito privado.
- Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal darão **preferência às transferências voluntárias** para Estados, Distrito Federal e **Municípios** cujas ações sejam desenvolvidas **por intermédio de consórcios públicos**, constituídos segundo o disposto na Lei nº 11.107, de 2005.

# Celebração do Convênio

Irregularidades e falhas mais frequentes na fase de proposição/celebração dos convênios verificadas pelo TCU

- Plano de trabalho pouco detalhado.
- Metas insuficientemente descritas, quantitativa e qualitativamente.
- Caracterização insuficiente da situação de carência dos recursos.
- Projeto básico incompleto e/ou com informações insuficientes.
- Ausência de projeto básico.
- Falta de comprovação da existência de contrapartida (orçamentária e financeira).
- Orçamento subestimado ou superestimado.



# Execução do Convênio

## Pagamentos exclusivamente via transferências bancárias

- Os pagamentos, que, antes da vigência do Decreto 6.170/2007, podiam ser realizados mediante a emissão de cheques nominativos, ordem bancária, DOC ou TED, agora só podem ser feitos exclusivamente mediante crédito em conta bancária dos fornecedores e prestadores de serviços(\*)
- Faculta-se a dispensa desse procedimento por ato da autoridade máxima do concedente ou contratante, devendo o conveniente ou contratado informar no SICONV o beneficiário final da despesa.
- **Antes da realização de cada pagamento**, o conveniente ou contratante deverá **incluir no Siconv** as informações exigidas para que a instituição financeira possa efetuar o crédito na conta bancária do favorecido.

\*Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência do instrumento o pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço. ( PI 127/08, art. 50, V, § 4º)

# Execução do Convênio

Pregão é obrigatório para aquisição de Bens e Serviços Comuns

- O Decreto 5.504/2005 estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.
- Conforme o valor e a natureza do objeto a ser adquirido ou produzido (obras e serviços de engenharia e compras e outros serviços), a licitação pode, ainda, ser realizada por convite, tomada de preços ou concorrência.



# Execução do Convênio

## Executar objeto diferente do pactuado

**FALHA GRAVE!**

- É muito freqüente o gestor perceber, ao receber os recursos, que o objeto previsto não poderá ser executado nos termos propostos no instrumento de convênio.
- Também acontece de o objeto proposto não mais ser considerado prioritário para o município, tendo em vista o tempo decorrido entre a apresentação da proposta e a liberação dos recursos.

Entrar em contato com o órgão concedente, para renegociar os termos do convênio naquilo que não seja exeqüível.

Em hipótese alguma deve o gestor utilizar os recursos para outra finalidade.

# Execução do Convênio

Irregularidades e falhas mais frequentes na execução financeira dos convênios detectadas pelo TCU

- Saque total ou parcial dos recursos do convênio sem levar em conta o cronograma físico-financeiro de execução do objeto.
- Realização de despesas fora da vigência do convênio.
- Saque dos recursos para pagamento de despesas em espécie, sem que haja autorização para isso.
- Pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços.
- Transferência de recursos da conta corrente específica para outras contas.
- Retirada de recursos para outras finalidades.
- Aceitação de documentação inidônea para comprovação de despesas (notas fiscais falsas, por exemplo).



# Execução do Convênio

Irregularidades e falhas mais frequentes na execução financeira dos convênios detectadas pelo TCU

- Falta de conciliação entre os débitos em conta e os pagamentos efetuados.
- Não-aplicação ou não-comprovação de contrapartida.
- Ausência de aplicação de recursos do convênio no mercado financeiro, quando o prazo previsto de utilização for superior a 30 dias.
- Uso dos rendimentos de aplicação financeira para finalidade diferente da prevista no convênio.
- Não devolução do saldo financeiro ao concedente.
- Aceitação e apresentação aos órgãos de controle de notas fiscais sem a identificação do número do convênio.
- Alteração do objeto do convênio sem autorização, prévia, do órgão repassador.
- Pagamento sem o atesto que comprove o recebimento do objeto.
- Ausência de medições de serviços e obras e outros elementos de acompanhamento capazes de evidenciar a execução do objeto com os recursos federais repassados.

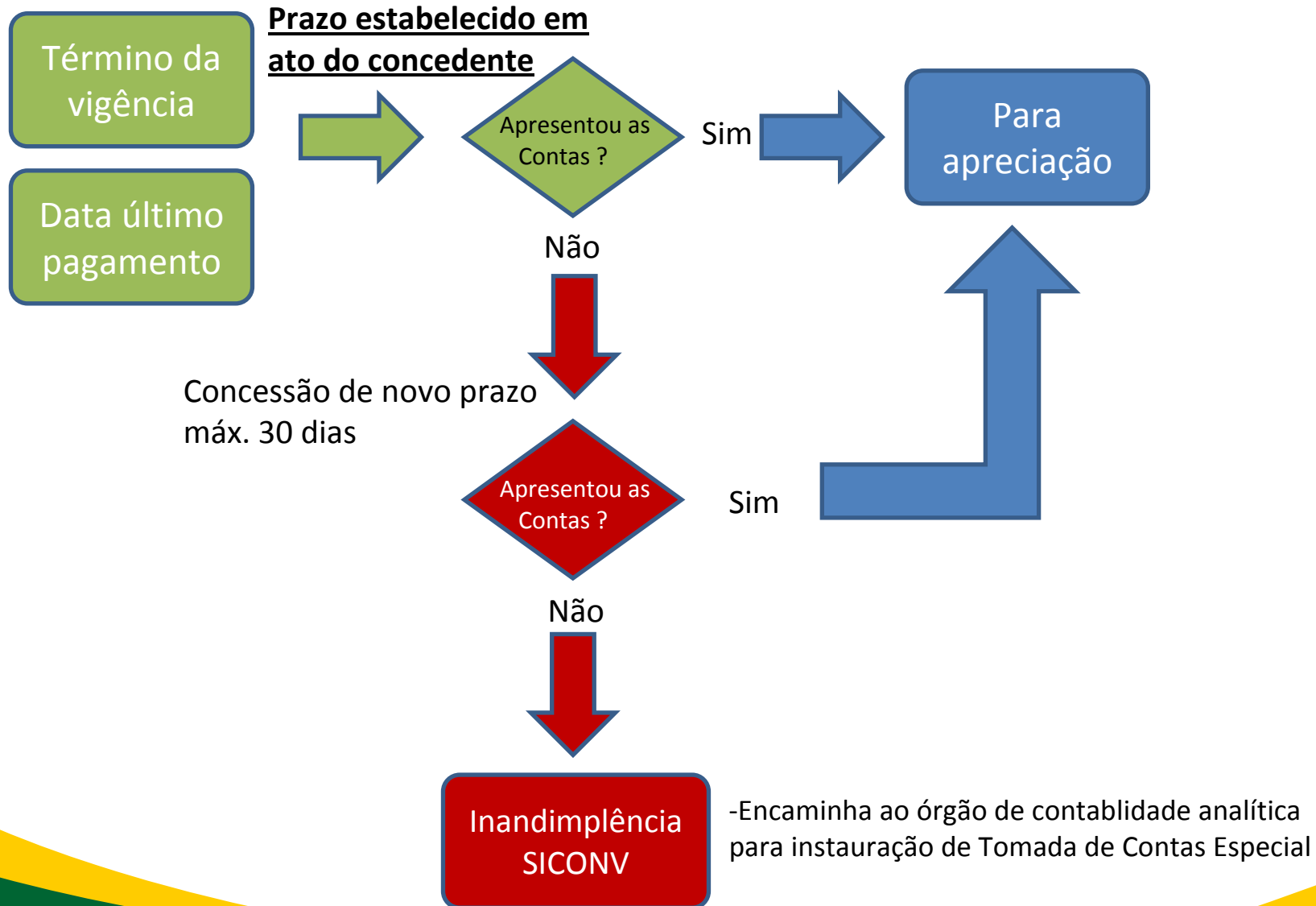


# Prestação de Contas

## Composição adicional aos dados apresentados no Siconv

- Relatório de cumprimento do objeto.
- Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o convênio ou contrato de repasse.
- Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, ou relação de treinados ou capacitados, ou dos serviços prestados, conforme o caso.
- Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.
- Termo de compromisso por meio do qual o conveniente ou contratado se obriga a manter os documentos relacionados ao convênio ou contrato de repasse pelo **prazo de dez anos**, contado da data em que foi aprovada a prestação de contas.

# Prestação de Contas (PI 127/08)



# Prestação de Contas

## Consequências decorrentes do julgamento irregular das Contas do responsável

- Devolução dos valores, com atualização monetária e juros de mora.
- Aplicação de multa que pode alcançar 100% do valor atualizado do dano causado ao erário.
- Inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), o que implica impossibilidade de realizar transações bancárias.
- Envio ao Ministério Público Eleitoral do nome do responsável para fins de Inelegibilidade.
- inabilitação, por um período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal.
- Envio dos elementos pertinentes e do julgamento ao Ministério Público Federal para fins de instauração do processo penal.



**ATENÇÃO!**

**SÚMULA TCU Nº 230**

Compete ao **prefeito sucessor** apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito ou, na impossibilidade de fazê-lo, **adotar as medidas legais** visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente Tomada de Contas Especial, sob pena de co-responsabilidade.

# www.tcu.gov.br

Portal do Tribunal de Contas da União - Windows Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU

Google

Detalhes do Programa de Co... Portal do Tribunal de Con...

Sexta-feira, 21 de Novembro de 2008 | 9:27 | Bom dia

Personalize o Portal: Pesquise no Portal: Pesquisa avançada

English | Español

Página inicial | Mapa do Portal | Cadastre-se | Fale conosco | Ajuda

Selecione seu perfil: CIDADÃO GESTOR PÚBLICO ÓRGÃO DE CONTROLE CONGRESSO NACIONAL TCU CORPORATIVO

**O TCU**

**Institucional**

- Conheça o TCU
- Autoridades
- Estrutura organizacional
- Controle Interno
- Corregedoria
- Planejamento e gestão
- Relações institucionais
- Contas do TCU
- Licitações e contratos do TCU

**Fiscalização e controle**

- Avaliação de programas de governo
- Licitações, contratos e convênios
- Obras públicas
- Pessoal
- Regulação
- Responsabilidade fiscal
- Tecnologia da informação
- Transferências constitucionais e legais

**Contas**

- Contas do Governo da República
- Contas públicas
- Prestação e tomada de contas
- Tomada de contas especial

**Responsabilização pública**

- Eleições 2008
- Contas julgadas irregulares
- Inabilitados para função pública
- Licitações inidôneas

**PESQUISA**

**Jurisprudência**

- Jurisprudência sistematizada
- Súmulas
- Pesquisa em formulário

Pesquisar acórdãos

**Sessões**

- Pautas
- Atas
- Sinopses
- Sorteios de relatórios
- Transmissão de sessões

**Processos**

- Sistema Processus
- Pesquisa em formulário
- Push de processos
- Vista e cópia

Pesquisar processos

**Leis e atos normativos**

- Atos Normativos do TCU
- Constituição Federal
- Lei Orgânica
- Regimento Interno
- Delegações de competências
- Diários oficiais

Pesquisar normas

**Sisac**

- Sistema Sisac
- Pesquisa de atos de pessoal

**DESTAQUES**

**A nova matriz energética brasileira**

11 e 12 de novembro de 2008  
Auditoria Especial: Pimenta Lima  
Editorial: João TCU - Brasília  
Instituições: www.tcu.gov.br

**NOTÍCIAS**

**Vice-presidente abre seminário sobre tecnologia da informação**

O objetivo do seminário "Tecnologia da informação: controle externo em ação" é apresentar os resultados dos principais trabalhos realizados pelo TCU na área e as perspectivas de atuação do controle. [Leia +](#)

**Auditor destaca atuação do TCU na fiscalização de TI**

O auditor Augusto Sherman, do Tribunal de Contas da União, defendeu a parceria do TCU com órgãos fiscalizados. [Leia +](#)

**ACESSO RESTRITO**

Login Integrado

Usuário

Senha

Conectar Alterar senha

**O TCU E A SOCIEDADE**

**Controle Social**

Ouvidoria: 0800 644 1500

- Visite o Tribunal
- TCU para crianças

**Eventos**

- Eventos do mês
- Todos os eventos
- Diálogo Público

**Oportunidades**

- Concursos
- Estágios

**EDUCAÇÃO E CULTURA**

Instituto Serzedello Corrêa

- Educação corporativa
- Educação a distância
- Gestão de pessoas

Biblioteca

Espaço Cultural

Museu

**ENTIDADES PARCEIRAS**

Concluído

Sites confiáveis

100%



Navegação Por Assunto Ordem Logica - Windows Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=175:13:247476367620967:EXPAND,0\_5#0\_5

Navegação Por Assunto Ordem Logica

Google

Página Ferramentas

**TCU** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
Fiscalização a serviço da sociedade

Jurisprudência Sistematizada Última atualização: 29/10/2008 Página inicial | Fale conosco | Ajuda

NAVEGAÇÃO EM ÁRVORE SAIBA MAIS ESTATÍSTICAS

Ordem de afinidade | Ordem alfabética | Resultados |

Recolher Lista

- CONTRATO
- LICITAÇÃO INTERNACIONAL
- CONVÊNIO E CONGÊNERE
  - APLICABILIDADE
  - METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E ANÁLISE
  - REQUISITOS DE CELEBRAÇÃO
  - PROJETO BÁSICO
  - PLANO DE TRABALHO
  - TERMO DE CONVÊNIO OU CONGÊNERE
  - REGULARIDADE FISCAL E CADASTRAL
  - ANÁLISE DO CONCEDENTE
  - PUBLICIDADE, DIVULGAÇÃO E CIÊNCIA
  - EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO
  - RESCISÃO
  - PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS
  - PROPRIEDADE DO PRODUTO GERADO PELO CONVÊNIO OU CONGÊNERE
- OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA

Login TCU (SIGA)

Sistema elaborado pela Segepres/Seses/Dijur. Sugestões e críticas: [sisjur@tcu.gov.br](mailto:sisjur@tcu.gov.br) Proibida a utilização das informações para fins comerciais.

Fale conosco

mailto:sisjur@tcu.gov.br?Subject=Jurisprudencia Sistematizada

Sites confiáveis 100%

# Secretaria de Controle Externo no Tocantins – SECEX/TO



Secretário: Ricardo Eustáquio de Souza  
Endereço: 302 N Av. Teotônio Segurado, Lote 1-A  
email: [secex-to@tcu.gov.br](mailto:secex-to@tcu.gov.br)  
Fone: (63) 3224.7772